RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 059/2009

O Egrégio TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA DÉCIMA TERCEIRA REGIÃO, em Sessão Extraordinária Administrativa realizada em 06/08/2009, sob a Presidência de Sua Excelência o Senhor Juiz EDVALDO DE ANDRADE, com a presença da Representante da Procuradoria Regional do Trabalho, na pessoa de Sua Excelência o Senhor Procurador RAMON BEZERRA DOS SANTOS, presentes Suas Excelências os Senhores Juízes VICENTE VANDERLEI NOGUEIRA DE BRITO, ANA MARIA FERREIRA MADRUGA, FRANCISCO DE ASSIS CARVALHO E SILVA, AFRÂNIO NEVES DE MELO, ANA CLARA DE JESUS MAROJA NÓBREGA e CARLOS COELHO DE MIRANDA FREIRE, apreciando o Proc. TRT NU 00214.2009.000.13.00-1e, em que é requerente Sua Excelência o Senhor Juiz Severino Marcondes Meira,

CONSIDERANDO que o Juiz Aposentado Severino Marcondes Meira, por ocasião de seu jubileamento, compunha a 2ª Instância desta Corte,

CONSIDERANDO que o Tribunal Pleno não analisa o mérito nem os motivos da aposentadoria de Juiz de 2º Grau, cabendo-lhe, tão-somente, o processamento do feito, para encaminhamento às instâncias administrativas de direito, nos termos do art. 21, XIII, do Regimento Interno desta Casa,

CONSIDERANDO que o C. Tribunal Superior do Trabalho, em caráter punitivo, deliberou pela aposentadoria do Juiz Severino Marcondes Meira, com vencimentos proporcionais ao seu tempo de serviço (art. 42, V, c/c art. 28, ambos da LOMAN, e ainda o art. 93, VIII, da CF/88), nos autos do Processo Administrativo nº 549.935/1999-7, que redundou na edição do Decreto Federal da Presidência da República, publicado no DOU de 04.10.2000,

CONSIDERANDO que, nos autos da Matéria Administrativa nº 6789.2002.000.13, o C. TST indeferiu a pretensão do Juiz Aposentado Severino Marcondes Meira, referente à substituição da vantagem do art. 192, II, da Lei 8.112/1990, por aquela prevista no art. 184, II, da Lei 1.711/1952, já estando tal decisão sob o albergue da preclusão consumativa,

CONSIDERANDO que o requerente, neste feito, pede a aplicação da Resolução 56/2008 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho,

CONSIDERANDO a hierarquia administrativa existente entre este Tribunal, o C. Tribunal Superior do Trabalho e o Conselho Superior da Justiça do Trabalho,

R E S O L V E U, por unanimidade de votos, determinar a remessa do feito ao C. Tribunal Superior do Trabalho, com fundamento nos artigos 21, XIII, e 22, XXVII, do Regimento Interno deste Regional.

Obs.: Ausente Sua Excelência o Senhor Juiz Paulo Maia Filho, em gozo de férias regulamentares. Convocados Suas Excelências os Senhores Juízes Francisco de Assis Carvalho e Silva, nos termos do Artigo 28 e Afrânio Neves de Melo, de acordo com o Artigo 29, ambos dos Regimento Interno.

VLADIMIR AZEVEDO DE MELLO

Secretário do Tribunal Pleno

TRT - 13ª Região